

NORMAS CONTÁBEIS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO: IMPACTO EM EMPRESAS DO SETOR DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTE LISTADAS NA BM&FBOVESPA

Lidiane Brutcho Bossa¹

Rosilene Licatti Kolh²

Isabel Cristina Gozer³

BOSSA, L. B.; KOLH, R. L.; GOZER, I. C. Normas contábeis de reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado: impacto em empresas do setor de construção e transporte listadas na BM&FBOVESPA. *Rev. Ciênc. Empres. UNIPAR*, Umuarama, v. 17, n. 1, p. 5-31, jan./jun. 2016.

RESUMO: O presente estudo aborda sobre as atuais mudanças nas normas contábeis brasileiras, inseridas pelo método de convergência do Brasil às normas contábeis internacionais. O estudo é restrito às normas que se referem ao ativo imobilizado das empresas sendo assim, associadas ao cálculo da vida útil dos bens do ativo imobilizado e ao cálculo do valor recuperável dos ativos (*impairment*). Procurou, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, demonstrar a provável repercussão dessas mudanças nas demonstrações contábeis das entidades do setor de construção e transporte do ramo do Novo Mercado listadas na Bolsa de Valores (Bovespa). Para o cálculo desse impacto foi utilizada, como ferramenta, a confrontação quantitativa dos saldos contábeis, antes e depois das mudanças nas normas contábeis e a comparabilidade desse impacto no relatório gerado por meio das demonstrações contábeis entre as entidades analisadas. Verificou-se que a mudança na maneira de cálculo da vida útil dos bens do ativo imobilizado diminuiu, consideravelmente, as despesas e os custos com depreciação das entidades, provocando um choque positivo no fim. Verificou-se assim que a utilização do *impairment* não impactou o saldo das entidades de maneira expressiva, no entanto analisou-se que, em conjunto, as mudanças na maneira de mensuração e reconhecimento dos bens do ativo imobilizado em decorrência das mudanças nas normas contábeis modificaram, de maneira expressiva, os elementos proporcionados pelas demonstrações contábeis.

¹Especialista em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela Universidade Paranaense.

E-mail: lidianebossa@unipar.br

²Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Paranaense - UNIPAR.

E-mail: escritorioideal.rosilene@gmail.com

³Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade de Santa Catarina (UFSC). Coordenadora de Cursos do Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas da UNIPAR EAD - Umuarama. Professora Titular do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Paranaense - Umuarama.

E-mail: isa@prof.unipar.br

PALAVRAS-CHAVE: Ativo Imobilizado. Demonstrações Contábeis. Normas Contábeis Internacionais – IFRS. Pronunciamento Técnico CPC 27.

ACCOUNTING STANDARDS FOR RECOGNITION AND MEASUREMENT OF FIXED ASSETS: IMPACT ON COMPANIES IN THE CONSTRUCTION AND TRANSPORTATION SECTORS LISTED AT BM&FBOVESPA

ABSTRACT: This study focuses on the current changes in the Brazilian accounting standards, set by the convergence from the Brazilian accounting methods to the international standards. The study refers to the standards defining the fixed assets of business, and therefore, those obtained by calculating the useful life of the fixed assets and asset impairment. The aim of the study was to demonstrate, through a literature review and documentary research, how changes to these standards may impact the financial statements of companies in the construction and transportation industries listed in the Brazilian Novo Mercado stock exchange (Bovespa). Comparison of account balances was used as a quantitative tool to compute the impact before and after changes to the accounting standards. Such impacts were compared in reports obtained from the financial statements of the analyzed companies. It could be observed that the changes in the calculation of the useful life of fixed assets significantly decreased expenses and depreciation costs of those companies, resulting in a positive final impact. Ultimately, it was found that the use of impairment did not have an express effect on the balance of the companies. However, in a joint analysis, it could be observed that the changes in the measuring and recognition of the fixed assets due to the change of accounting standards has significantly modified the elements provided by the financial statements.

KEY WORDS: Financial Statements. Fixed Assets. International Financial Reporting Standards – IFRS. Technical Pronouncement CPC 27.

NORMAS CONTABLES DE RECONOCIMIENTO Y MENSURACIÓN DEL ACTIVO INMOVILIZADO: IMPACTO EN EMPRESAS DEL SECTOR DE CONSTRUCCIÓN Y TRANSPORTE LISTADAS EN BM&FBOVESPA

RESUMEN: El estudio aborda sobre los actuales cambios en las normas contables brasileñas, inseridas por el método de convergencia de Brasil a las normas contables internacionales. El estudio es restricto a las normas que se refieren al activo inmovilizado de las empresas, siendo así, a las asociadas al cálculo de la vida útil de los bienes del activo inmovilizado y al cálculo del valor recuperable

de los activos (*impairment*). Se ha buscado por medio de investigación bibliográfica y documental, demostrar la probable repercusión de esos cambios en las demostraciones contables de las entidades del sector de construcción y transporte del ramo del Nuevo Mercado listadas en la Bolsa de Valores (Bovespa). Para el cálculo de ese impacto se utilizó como herramienta la confrontación cuantitativa de los saldos contables, antes y después de los cambios en las normas contables y la comparabilidad de ese impacto en el informe generado por medio de las demostraciones contables entre las entidades analizadas. Se verificó que el cambio en la forma de cálculo de la vida útil de los bienes del activo inmovilizado disminuyó considerablemente los gastos y costos con depreciación de las entidades, provocando un impacto positivo al final. Al final, se verificó que la utilización del *impairment* no impactó el saldo de las entidades de manera expresiva, sin embargo se analizó que, en conjunto, los cambios en la forma de mensuración y reconocimiento de bienes del activo inmovilizado, en consecuencia de los cambios en las normas contables modificaron, de forma expresiva, los elementos proporcionados por las demostraciones contables.

PALABRAS CLAVE: Activo Inmovilizado. Demostraciones Contables. Normas Contables Internacionales – IFRS. Pronunciamiento Técnico CPC 27.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a contabilidade vem passando por grandes mudanças exigidas pelas necessidades do mercado de capitais. Para aperfeiçoar a qualidade da finalidade objetiva, equivalente ao Pronunciamento Técnico CPC 00 – Pronunciamento Conceitual Básico, ter uma visão melhor sobre o progresso das demonstrações contábeis de uma empresa, sem que isso provoque o não desenvolvimento das práticas contábeis e, também a adesão das mesmas práticas contábeis por empresas parecidas, em 2000, a contabilidade brasileira iniciou o procedimento de convergência às normas internacionais da contabilidade por meio do Projeto de Lei n.º 3.741, que sugeriu mudanças na Lei das Sociedades Anônimas, Lei n.º 6.404 de 1976.

Este estudo aborda as principais mudanças nas normas contábeis no Brasil, instituídas pelo procedimento de convergência, que influenciam o ativo imobilizado das empresas relacionadas na avaliação da vida útil dos bens do ativo imobilizado como adesão da estimativa do valor recuperável dos ativos (*impairment*). Usaram-se, na pesquisa, as entidades do setor de construção e transporte do ramo do Novo Mercado listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), julgando a importância do ativo imobilizado para tal setor.

A finalidade deste estudo é exibir o choque causado pela mudança nas normas contábeis associadas ao método de avaliação da vida útil dos bens do

ativo imobilizado pela avaliação do valor recuperável dos ativos (*impairment*) nos dados apresentados pelas demonstrações contábeis das entidades do setor citado acima.

A comparabilidade quantitativa dos resultados contábeis é uma ferramenta usada nessa pesquisa na avaliação desse choque, antes e depois das mudanças nas normas, e a comparabilidade desse choque nos dados gerados pelas demonstrações contábeis entre as entidades analisadas.

O tema sugerido para o estudo relacionado às mudanças nas normas contábeis no Brasil, originárias do procedimento de convergência com as normas internacionais de contabilidade, é de extrema importância para as entidades e para os profissionais da contabilidade, pois as mudanças mencionadas abrangem todas as entidades brasileiras, até mesmo as dominadas pela legislação própria.

A partir da Lei n.º 11.638 de 2007, que inseriu mudanças na Lei das Sociedades Anônimas, algumas das alterações já foram solicitadas a partir do exercício social concluído em 2008, sendo praticadas, além das sociedades anônimas, pelas entidades de grande porte avaliadas pela referida lei.

Sendo assim, iniciou-se, no aspecto empresarial brasileiro, uma disputa contra o tempo, para permitir a aplicação das alterações na escrituração contábil das entidades, que teve efeito na exposição apropriada das demonstrações contábeis divulgadas.

Além de estar relacionado ao cenário contábil brasileiro atual, este estudo e tema consentem, também, no requisito de utilidade e de importância, correspondente ao fato da influência direta na tomada de decisão dos investidores e na economia brasileira. Eles também são de valor para fins acadêmicos e científicos, uma vez que são determinadas as mudanças nas normas contábeis de reconhecimento e mensuração dos bens do ativo imobilizado, admite-se um aperfeiçoamento da pesquisa ou o início de novas pesquisas, tendo como tema as demais mudanças ocorridas nas normas contábeis.

Desse modo, o objetivo deste trabalho é apontar os possíveis impactos das alterações do *impairment* nas demonstrações contábeis das entidades de bens do setor de construção e transporte do ramo do Novo Mercado listadas na Bovespa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS

A Lei n.º 11.638/07, divulgada em dezembro de 2007, deu início ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade. Ela altera a Lei n.º 6.404/76, que, até então, era utilizada como base para a prática contábil no Brasil. As mudanças atribuídas incluem a alteração da estrutura de algumas

demonstrações contábeis, e também a inclusão e substituição de outras anteriormente utilizadas.

Segundo Ono, Niyama e Rodrigues (2010), foi criado, em 2005, por meio da Resolução nº 1.055, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que tinha como objetivo concentrar a criação de pronunciamentos técnicos que instituísem regras de acordo com as IFRSs (*International Financial Reporting Standards*), com o intuito de padronizar as práticas contábeis. Os primeiros pronunciamentos foram emitidos em 2007, finalizando o processo em 2010.

O órgão responsável por aplicar as normas contábeis e fazer a convergência das normas nacionais às internacionais é o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Antes da criação do CPC, como órgão responsável máximo da contabilidade no Brasil, predominava as regras emitidas pelo agente regulador fiscal.

A lei ajustou algumas disposições que impossibilitavam a adesão das normas internacionais de contabilidade, essas disposições foram alinhadas com as regras internacionais, e ficou determinado que, a partir daquele momento, todas as novas normas contábeis seriam emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), sendo convergentes com as normas internacionais (IUDÍCIBUS, MARTINS e GELBCKE, 2009).

Segundo Iudícibus et al. (2010), a crescente globalização foi uma das principais causas que levou o Brasil a adotar as normas internacionais de contabilidade, essa crescente globalização fez com que os países se relacionassem de maneira econômica, elaborando a necessidade de demonstrações contábeis que pudessem ser compreendidas em nível mundial e analisadas por interessados no exterior. Coelho e Lins (2010), por sua vez, afirmam que a mudança da legislação societária no Brasil foi sugerida com a finalidade de adequar a lei às mutações sociais e econômicas decorrentes da progressão do mercado, e também fortalecendo o mercado de capitais mediante a prática da auditoria internacional e de normas contábeis aceitas.

Ainda que autoridades da contabilidade e intelectuais julguem por perda de identidade e independência, a convergência propiciou ao Brasil um considerável aumento no volume de investimento de capitais internacionais, já que essa convergência ocasionou maior confiança nas demonstrações contábeis.

Dentre as mudanças ocasionadas pela introdução das IFRS, destaca-se o método de avaliação dos bens registrados no ativo imobilizado, evidenciado pelo Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado das empresas.

2.2 Ativo Imobilizado

O Ativo abrange os bens, os direitos e todas as outras aplicações de

recursos controlados pela empresa. Um dos pontos fundamentais do ativo é a geração de benefícios futuros causados de fatos ocorridos.

Os bens e direitos necessários para a manutenção das atividades da empresa estão classificados dentro do grupo de contas, Ativo Imobilizado, do Balanço Patrimonial. Iudícibus, Martins e Gelbecke (2007) sustentam que todos os bens de natureza duradoura, designados à atividade padrão da entidade e de seu empreendimento, assim como os direitos desempenhados com essa finalidade, estão incluídos no Ativo Imobilizado. Os computadores, as máquinas, os equipamentos, as marcas e patentes são exemplos de itens desse grupo de contas.

O presente trabalho tratará do capital físico, que contabilmente é denominado como Ativo Imobilizado. Assim sendo, o conceito de imobilizado tem relação com o de capital, já que os dois geram fluxos futuros de riqueza.

No Pronunciamento Técnico CPC 27, o ativo imobilizado é conceituado como um elemento tangível que é utilizado na fabricação ou fornecimento de mercadorias ou serviços para fins administrativos, ou para aluguel a outros; sendo utilizado por mais de um exercício. Nesse caso, o ativo imobilizado tem como característica predominante gerar, sucessivamente, outros ativos que serão negociados e futuramente transformados em ativos cada vez mais líquidos.

O Pronunciamento CPC nº 27 de 2009 estabelece o procedimento contábil para os ativos imobilizados, fazendo com que os usuários das demonstrações contábeis possam distinguir a informação sobre o investimento e as mudanças da empresa em seus ativos imobilizados. As principais questões consideradas no uso do ativo imobilizado são a constatação dos ativos, os valores de depreciação, perdas por desvalorização a ser reconhecidas em relação a eles e a determinação dos seus valores contábeis (PRONUNCIAMENTO CPC Nº 27, 2009, 01).

O custo de um elemento do ativo imobilizado deve ser reconhecido, segundo o CPC 27, se for possível que benefícios econômicos futuros coligados ao elemento favoreçam a empresa e o custo desse elemento possa confiavelmente ser mensurado. O custo equivale ao preço à vista na data do fato gerador.

Segundo Jochem (2013), o Princípio do Registro pelo Valor Original define que é, no reconhecimento inicial pelos valores originais da transação, que devem ser realizados os registros patrimoniais e que devem ainda ser expressos em moeda nacional.

Sobre os bens do Ativo Imobilizado, ocorre a depreciação, que, no CPC 27, alterou o método aplicado, o valor e período de depreciação.

2.2.1 Depreciação

Depreciação é o elemento contábil que demonstra a perda do valor que o imobilizado sofre pelo tempo e pelo uso ou pelo desgaste natural no seu emprego. Segundo Marion (2008), a depreciação pode ter, como conceito, a redução

dos bens imobilizados, que pode ocorrer pela ação da natureza, pelo desgaste pelo uso e consumo e perda da utilidade ou perecimento.

Anteriormente à divulgação da Lei nº 11.368/07, as taxas adotadas fundamentavam-se no Regulamento do Imposto de Renda. Tais taxas variavam de acordo com o prazo na qual se esperava a utilização econômica do bem na produção da empresa. Conforme Iudícibus, Martins e Gelbecke (2009), após a Lei 11.638/07 entrar em vigor e adotar o IFRS, instituiu-se um tratamento contábil novo para os ativos imobilizados, para que os usuários das demonstrações contábeis fossem capazes de distinguir suas modificações e a informação dada sobre o investimento da empresa em seus ativos imobilizados.

Podem ser empregados vários métodos de depreciação para adequar de modo organizado o valor depreciável de um ativo no decorrer da sua vida útil. Esses métodos abrangem o método de unidades produzidas, o método da linha reta e o método dos saldos decrescentes. Pelo método linear, a depreciação é uma despesa constante durante a vida útil do ativo, desde que não altere o seu valor residual. O método dos saldos decrescentes durante a vida útil resulta em despesa decrescente. Já o método de unidades produzidas decorre em despesa do seu uso ou produção. A instituição opta pelo método que melhor se encaixa no modelo de consumo dos benefícios econômicos, posteriores, esperados, aliados no ativo. Esse método é utilizado, entre períodos, como o mais confiável, exceto se existir alteração nesse modelo (PRONUNCIAMENTO CPC Nº 27, 2009, 62).

As entidades brasileiras optavam pelos percentuais com padrões de depreciação reconhecidos pela legislação fiscal. Não era de uso comum, entre essas entidades, a aplicação de percentuais de determinação da vida útil compatíveis com as espécies de seus bens. A partir do CPC 27, que foi criado buscando conciliar a distorção nas demonstrações contábeis com as IFRS, ficou estabelecido que a vida útil de um ativo fosse determinada em termos de vantagem esperada do ativo para a empresa. Assim, a utilização dos percentuais aceitos pela legislação fiscal começou a ser vetada para fins de apresentação das demonstrações contábeis.

Sendo assim, cada entidade deverá analisar qual método é mais apropriado para expressar contabilmente a depreciação incidida em seu ativo imobilizado.

2.3 Teste de Recuperabilidade - *Impairment*

O Pronunciamento Técnico CPC 01, aplicado aos bens do ativo imobilizado, aborda os procedimentos na redução do valor recuperável de um ativo. Segundo PWC (2010, p.1) e a origem dessa norma, nenhum ativo de longo prazo deve estar escriturado nos livros contábeis de uma empresa por um valor maior capaz de ser recuperado no período de uso nas atividades da empresa ou em uma

possível venda. Segundo Souza, Borba, Dutra (2009), o *impairment test* tende a avaliar a competência do retorno financeiro dos ativos de longa duração (permanentes), possibilitando adaptar a capacidade da origem de benefícios que o bem possui ao seu valor contábil.

De acordo com Iudícibus e outros (2010), as empresas devem estimar a recuperabilidade dos valores registrados no imobilizado e no intangível, restringindo o valor contábil ao recuperável periodicamente. Um ativo que não tenha capacidade de gerar fluxos de caixa futuros que recuperem o seu valor ou que não tenha recomendações que deem a ele uma garantia de recuperabilidade, mas que seja reconhecido nas demonstrações, deverá ter seu valor diminuído. Conforme a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) (2010), o laudo pode ser realizado por pessoas vinculadas à empresa, não existindo nada que cause a concretização de laudo externo. Porém, necessita da existência de documentos sobre o processo da realização do teste, mesmo que seja executado internamente.

Conforme Carvalho, Lemes e Costa (2009), quando for possível, o valor recuperável precisará ser apreciado para um ativo particular e só em último caso, devido aos ativos estarem sujeitos a outros, causando economicamente benefícios a uma empresa geradora de caixa. O maior valor entre o líquido de venda e o em uso é o valor recuperável. Quando o valor registrado na contabilidade for maior que o valor recuperável do bem, verificar-se-á que obteve perda de recuperabilidade, devendo ser contabilizada em contrapartida no resultado, exceto se o ativo estiver registrado no valor reavaliado segundo o item 25 do CPC 13 (CPC, 2008c).

Para Carvalho, Lemes, Costa (2009), em um possível saldo de reserva de reavaliação, toda perda por *impairment* poderá ser considerada como uma diminuição dessa reserva sem ultrapassar o saldo dela.

O teste de recuperabilidade de um ativo incide na conferência entre seu valor contábil e o seu valor recuperável. O valor contábil é aquele pelo qual um ativo está registrado no balanço após o abatimento da depreciação, amortização ou exaustão acumulada e provisão para perdas (PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 01, item 5 – definições). Quando o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável, ele está desvalorizado. Uma entidade precisa avaliar, a cada exercício social, se algum ativo sofreu desvalorização.

O reconhecimento deverá ser imediato na apuração do exercício, se houver perda por desvalorização do ativo, exceto se o ativo tenha sido reavaliado, já que tal perda deverá ser tratada como uma redução do saldo da reavaliação.

No parágrafo 3º do artigo 183 da Lei nº 11.638 em seu inciso II (BRASIL, 2007), foi definido que, depois da confirmação de uma perda por *impairment*, a entidade precisa apreciar o restante da vida útil do ativo e instituir as

cotas de depreciação ou amortização a ser reconhecidas no próximo exercício, a partir de um novo valor contábil.

Iudícibus e outros (2010) explicam que, existindo uma reversão de perda referente a um ativo gerador de caixa no qual seja colocado ágio por aspecto de rentabilidade futura, a parte referente ao *goodwill* baixada anteriormente não se reverterá. O CPC 01 (CPC, 2010) veda a reversão de perda por *impairment* de *goodwill* e de ativos intangíveis que não tiverem vida útil definida.

O teste de *impairment* foi criado para avaliar a perda de recuperabilidade dos benefícios econômicos futuros que um ativo gerará para a empresa. Desse modo, se o valor contábil for menor que o recuperável, não será necessário fazer ajustes. A lei nº 11.638/07 proíbe a reavaliação do valor contábil.

2.4 Governança Corporativa - Empresas do Novo Mercado

Segundo Garcia (2005), a nomenclatura Governança Corporativa foi desenvolvida de forma mais aparente a partir dos anos 80, e sua origem é fundamentada nos problemas de agência, que surgem no momento da diluição do comando das corporações.

Conforme Martins, Silva e Nardi (2006), a criação da governança corporativa teve a finalidade de extinguir ou controlar o choque de empresa entre proprietários e administradores, que é o resultado da divisão entre a propriedade e a administração nas empresas. A governança corporativa favorece o mercado de capitais, dados fundamentais para a tomada de decisões (ALMEIDA et al., 2010).

De acordo com Carvalho (2002) a governança corporativa tende aumentar a expectativa de os fornecedores alcançarem o retorno sobre o seu investimento, e também possui importância crescente, por ser propagada a suposição de que a composição de governança compromete o valor da empresa.

Bridger (2006) assevera que as empresas com a composição de governança corporativa alcançarão melhores resultados e também serão mais bem avaliadas pelo mercado na cotação de suas ações, se forem confrontadas com empresas com composição de governança não apropriada.

Conforme Ventura (2012), a Bovespa instituiu segmentos de listagem das empresas, formadas com a intenção de gerar um espaço de negociação que estimulasse, simultaneamente, o interesse dos acionistas e o valor das empresas. Assim sendo, foram formados os níveis variados de governança corporativa, dos quais as empresas listadas na bolsa de valores escolhem participar espontaneamente.

O segmento Novo Mercado virou um padrão de transparência e governança a partir da sua primeira listagem em 2002 e, é distinguido por ser designado para a transação de ações emitidas por empresas que se comprometam,

espontaneamente, com a adesão de exercícios de Governança Corporativa suplementares conforme ao que é exigido pela legislação (BM&FBOVESPA, 2014b).

3 METODOLOGIA

O atual estudo caracteriza-se em uma pesquisa de natureza bibliográfica, descritiva, quantitativa e documental. De acordo com Köche (2010), a pesquisa bibliográfica, mediante o conhecimento disponível nas teorias publicadas em livros ou obras semelhantes, evolui na tentativa de esclarecer um problema. Conforme Lakatos e Marconi (2009), na pesquisa bibliográfica, o pesquisador fica diretamente em contato com todas as fontes que tenham relação com o tema pesquisado.

Segundo Köche (2010), a pesquisa descritiva explora as relações de um elemento em meio a duas ou mais variáveis sem modificá-las. Na maioria dos estudos, na área das ciências sociais, fica inviável a modificação dessas variáveis, considerando o seu caráter.

A forma quantitativa de pesquisa é um método quantitativo, pois envolve obter e investigar dados numéricos e executar testes (COLLINS; HUSSEY, 2005 apud KÜHL, 2007).

Lakatos e Marconi (2009) afirmam que, por meio do procedimento de documentação direta ou indireta, toda pesquisa sugere a investigação de dados de fontes variadas. O procedimento de documentação indireta desmembra-se em pesquisa bibliográfica, que trata das fontes secundárias de coleta de dados, e a pesquisa documental refere-se às fontes primárias de coleta de dados.

Os dados analisados nesta pesquisa foram extraídos da BOVESPA em nível diferenciado de governança das empresas listadas no Novo Mercado. De acordo com Ono et al (2010), essas empresas formam, na BM&FBovespa, o comprometimento de aderir melhores métodos de governança corporativa mais cautelosos que as estabelecidas pela legislação societária atual.

Essa pesquisa também é um estudo de multicasos (YIN, 2007), por abordar 32 empresas do setor de construção e transporte da Bovespa no período de 2013, com exceção de três segmentos que não foram considerados, pois não havia nenhuma empresa do novo mercado, os quais são: construção pesada, engenharia consultiva e transporte aéreo. As empresas utilizadas nessa pesquisa estão apresentadas nos quadros abaixo.

Quadro 1: Empresas do segmento de construção civil listadas no Novo Mercado, na Bovespa.

EMPRESA	SEGMENTO
BROOKFIELD INCORPORAÇÕES S.A.	CONSTRUÇÃO CIVIL
CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.	CONSTRUÇÃO CIVIL
CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREEND. E PART.	CONSTRUÇÃO CIVIL
DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.	CONSTRUÇÃO CIVIL
EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.	CONSTRUÇÃO CIVIL
EZ TEC EMPREEND. E PARTICIPAÇÕES S.A.	CONSTRUÇÃO CIVIL
GAFISA S.A.	CONSTRUÇÃO CIVIL
HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.	CONSTRUÇÃO CIVIL
JHSF PARTICIPAÇÕES S.A.	CONSTRUÇÃO CIVIL
MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.	CONSTRUÇÃO CIVIL
PDG REALTY S.A. EMPREEND. E PARTICIPAÇÕES	CONSTRUÇÃO CIVIL
RODOBENS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.	CONSTRUÇÃO CIVIL
ROSSI RESIDENCIAL S.A.	CONSTRUÇÃO CIVIL
TECNISA S.A.	CONSTRUÇÃO CIVIL
TRISUL S.A.	CONSTRUÇÃO CIVIL
VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A.	CONSTRUÇÃO CIVIL

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

Quadro 2: Empresas do segmento de intermediação imobiliária listadas no Novo Mercado, na Bovespa.

EMPRESA	SEGMENTO
BRASIL BROKERS PARTICIPAÇÕES S.A.	INTERMEDIÇÃO IMOBILIÁRIA
LPS BRASIL – CONSULTORIA DE IMÓVEIS S.A.	INTERMEDIÇÃO IMOBILIÁRIA

Fonte: elaborado pelos autores, (2015).

Quadro 3: Empresas do segmento de materiais de construção listadas no novo mercado, na Bovespa.

EMPRESA	SEGMENTO
ETERNIT S.A.	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
PORTOBELLO S.A.	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

Quadro 4: Empresas do segmento de serviços diversos listadas no Novo Mercado, na Bovespa.

EMPRESA	SEGMENTO
CSU CARDSYSTEM S.A.	SERVIÇOS DIVERSOS
MILLS ESTRUTURAS E SERV. DE ENGENHARIA S.A.	SERVIÇOS DIVERSOS
VALID SOLUÇÕES E SERV. SEG. MEIOS PAG. IDENT. S.A.	SERVIÇOS DIVERSOS

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

Quadro 5: Empresas do segmento de exploração de rodovias listadas no Novo Mercado, na Bovespa.

EMPRESA	SEGMENTO
ARTERIS S.A.	EXPLORAÇÃO DE RODOVIAS
CCR S.A.	EXPLORAÇÃO DE RODOVIAS
ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOG. S.A.	EXPLORAÇÃO DE RODOVIAS
TPI – TRIUNFO PARTICIP. E INVEST. S.A.	EXPLORAÇÃO DE RODOVIAS

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

Quadro 6: Empresas do segmento de serviços de apoio e armazenagem listadas no Novo Mercado, na Bovespa.

EMPRESA	SEGMENTO
PRUMO LOGÍSTICA S.A.	SERVIÇOS DE APOIO E ARMAZENAGEM

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

Quadro 7: Empresas do segmento de transportes listadas no Novo Mercado, na Bovespa.

EMPRESA	SEGMENTO
ALL AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.	TRANSPORTE FERROVIÁRIO
LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.	TRANSPORTE HIDROVIÁRIO
JSL S.A.	TRANSPORTE RODOVIÁRIO
TEGMA GESTÃO LOGÍSTICA S.A.	TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio de consulta à página da *internet* da BOVESPA, obtiveram-se as demonstrações financeiras publicadas no exercício de 2013 das empresas citadas acima, as quais foram usadas como objeto para pesquisa documental realizada. Com o propósito de proporcionar maior comparabilidade entre as informações alcançadas, foram pesquisados a demonstração do resultado do exercício, o

balanço patrimonial e as notas explicativas individuais de cada empresa.

Por meio das Demonstrações Contábeis, foram coletadas as seguintes informações:

- Principais saldos patrimoniais e de resultado;
- Comparativo das vidas úteis do ativo imobilizado, estimadas pelas empresas e adotadas pela Receita Federal para fins tributários;
- Redução do lucro operacional do exercício de 2013 em razão da despesa com depreciação e amortização.

Os dados divulgados nos quadros de 8 (um) a 14 (sete) são os principais saldos patrimoniais e de resultado em 31 de dezembro de 2013 das empresas estudadas. As informações estão apresentadas em ordem alfabética por segmento, foram levantadas por meio das demonstrações financeiras, e os valores estão apresentados em milhares de reais.

Quadro 8: Principais saldos patrimoniais e de resultado – construção civil.

Empresa	Ativo Total	Ativo Imobilizado	Patrimônio Líquido	Receita Líquida	Lucro (Prejuízo) Líquido
BROOKFIELD INCORPORAÇÕES S.A.	9.038.614	63.026	2.183.678	2.997.923	-686.393
CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.	583.886	6.115	391.464	109.380	-8.776
CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREEND. E PART.	14.387.099	156.563	6.194.048	5.371.882	893.999
DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.	3.433.656	100.908	1.601.431	1.743.929	236.454
EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.	4.804.693	31.269	2.315.876	2.458.987	328.347
EZ TEC EMPREEND. E PARTICIPAÇÕES S.A.	2.849.400	5.644	2.110.466	1.138.962	588.754
GAFISA S.A.	8.183.030	36.385	3.214.483	2.481.211	867.678
HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.	4.903.990	41.260	1.713.374	1.944.809	304.121
JHSF PARTICIPAÇÕES S.A.	5.301.466	324.420	2.216.788	671.078	319.932
MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.	10.198.449	79.823	4.365.400	3.870.608	450.195
PDG REALTY S.A. EMPREEND. E PARTICIPAÇÕES	16.798.855	67.877	5.330.053	5.316.929	-153.257

RODOBENS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.	2.156.964	36.852	959.377	753.544	129.787
ROSSI RESIDENCIAL S.A.	7.592.893	53.894	2.464.770	2.132.780	60.559
TECNISA S.A.	4.690.095	66.246	1.579.047	1.832.249	285.449
TRISUL S.A.	1.238.526	11.801	598.914	520.095	59.171
VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A.	1.976.902	21.421	315.012	518.809	-281.397

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

Quadro 9: Principais saldos patrimoniais e de resultado – intermediação imobiliária.

Empresa	Ativo Total	Ativo Imobilizado	Patrimônio Líquido	Receita Líquida	Lucro (Prejuízo) Líquido
BRASIL BROKERS PARTICIPAÇÕES S.A.	916.370	53.374	782.870	373.768	95.803
LPS BRASIL – CONSULTORIA DE IMÓVEIS S.A.	1.170.737	46.107	728.761	503.755	165.909

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

Quadro 10: Principais saldos patrimoniais e de resultado – materiais de construção.

Empresa	Ativo Total	Ativo Imobilizado	Patrimônio Líquido	Receita Líquida	Lucro (Prejuízo) Líquido
ETERNIT S.A.	833.632	279.064	506.129	957.301	102.256
PORTOBELLO S.A.	904.908	265.572	191.857	834.032	90.511

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

Quadro 11: Principais saldos patrimoniais e de resultado – serviços diversos.

Empresa	Ativo Total	Ativo Imobilizado	Patrimônio Líquido	Receita Líquida	Lucro (Prejuízo) Líquido
CSU CARDSYSTEM S.A.	346.355	39.397	153.543	352.801	179
MILLS ESTRUTURAS E SERV. DE ENGENHARIA S.A.	1.801.245	1.224.476	1.016.513	832.262	172.592
VALID SOLUÇÕES E SERV. SEG. MEIOS PAG. IDENT. S.A.	1.172.956	337.013	543.470	1.174.992	91.727

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

Quadro 12: Principais saldos patrimoniais e de resultado – exploração de rodovias.

Empresa	Ativo Total	Ativo Imobilizado	Patrimônio Líquido	Receita Líquida	Lucro (Prejuízo) Líquido
ARTERIS S.A.	7.369.011	46.377	1.879.573	3.377.473	466.340
CCR S.A.	14.033.010	550.950	3.485.541	6.016.558	1.367.884
ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOG. S.A.	6.500.768	428.020	2.098.029	2.639.059	399.512
TPI – TRIUNFO PARTICIP. E INVEST. S.A.	4.939.438	63.773	2.101.335	843.042	-79.320

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

Quadro 13: Principais saldos patrimoniais e de resultado – serviços de apoio e armazenagem.

Empresa	Ativo Total	Ativo Imobilizado	Patrimônio Líquido	Receita Líquida	Lucro (Prejuízo) Líquido
PRUMO LOGÍSTICA S.A.	5.003.524	2.761.300	2.085.743	56.036	-135.841

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

Quadro 14: Principais saldos patrimoniais e de resultado – transportes.

Empresa	Ativo Total	Ativo Imobilizado	Patrimônio Líquido	Receita Líquida	Lucro (Prejuízo) Líquido
ALL AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.	18.881.716	8.570.681	4.598.275	3.641.426	27.978
LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.	2.059.953	1.349.232	556.317	810.667	6.567
JSL S.A.	5.830.098	3.207.937	1.014.659	4.746.520	93.570
TEGMA GESTÃO LOGÍSTICA S.A.	1.200.483	194.129	401.598	1.772.493	39.476

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

As alterações fundamentais nos saldos patrimoniais das empresas analisadas, apresentados acima em benefício da adesão às normas contábeis internacionais relacionadas ao reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado são elementos do atual estudo e estão demonstradas a seguir.

Entre si mesmas e com ativos semelhantes, as taxas médias de vida útil dos bens do ativo imobilizado utilizadas pelas entidades alteram-se consideravelmente. Dessa forma, essas taxas expressam variação significativa em comparação às vidas úteis aceitas pela Receita Federal do Brasil para fins de cálculo do

imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL).

Para determinação da vida econômica das empresas, é adotado um tempo de vida útil maior do que o permitido para fins tributários. Tal método praticado pelas empresas aponta que a depreciação reconhecida no resultado do exercício visa a ser menor na avaliação das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27.

Mesmo que o CPC 27 determine que a empresa possa optar pelo método de apuração da depreciação que traga melhores benefícios econômicos futuros ao ativo, todas as entidades analisadas adotam o método linear para apropriar, de forma ordenada, o valor depreciável de um ativo ao longo de sua vida útil.

Quadro 15: Comparativo das vidas úteis do ativo imobilizado: estimadas pelas empresas e adotadas pela Receita Federal para fins tributários (em anos) – construção civil.

Empresa	Edificações e Instalações		Máquinas e Equipamentos		Veículos		Móveis e Utensílios		Equipamentos de Informática	
	VE	RF	VE	RF	VE	RF	VE	RF	VE	RF
BROOKFIELD INCORPORAÇÕES S.A.	17,5	17,5	10	4	5	4	-	-	5	5
CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.	-	-	-	-	-	-	10	10	5	5
CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREEND. E PART.	10	10	10	4	5	4	10	10	5	5
DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.	-	-	10	4	5	4	10	10	5	5
EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.	10	10	10	4	-	-	10	10	5	5
EZ TEC EMPREEND. E PARTICIPAÇÕES S.A.	10	10	10	4	5	4	10	10	5	5
GAFISA S.A.	-	-	10	4	5	4	10	10	5	5
HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.	10	10	10	4	5	4	10	10	5	5
JHSF PARTICIPAÇÕES S.A.	-	-	10	4	5	4	10	10	4	5
MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.	25	25	9	4	11	4	10	10	5	5

PDG REALTY S.A. EMPREEND. E PARTICIPAÇÕES	-	-	10	4	-	-	10	10	5	5
RODOBENS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.	17,5	17,5	10	4	-	-	10	10	5	5
ROSSI RESIDENCIAL S.A.	10	10	10	4	-	-	10	10	5	5
TECNISA S.A.	-	-	-	-	5	4	10	10	5	5
TRISUL S.A.	10	10	10	4	5	4	10	10	5	5
VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A.	-	-	10	4	5	4	10	10	-	-

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

O quadro 15 nos mostra que, no segmento da construção civil, o tempo da vida econômica dos veículos, das máquinas e equipamentos determinado pela Receita Federal do Brasil é menor do que o adotado pelas empresas, por se tratar de um segmento de desgaste maior desses bens.

Quadro 16: Comparativo das vidas úteis do ativo imobilizado: estimadas pelas empresas e adotadas pela Receita Federal para fins tributários (em anos) – intermediação imobiliária.

Empresa	Edificações e Instalações		Máquinas e Equipamentos		Veículos		Móveis e Utensílios		Equipamentos de Informática	
	VE	RF	VE	RF	VE	RF	VE	RF	VE	RF
BRASIL BROKERS PARTICIPAÇÕES S.A.	10	10	10	10	-	-	10	10	5	5
LPS BRASIL – CONSULTORIA DE IMÓVEIS S.A.	-	-	-	-	-	-	10	10	5	5

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

No quadro 16, nota-se que, no segmento de intermediação imobiliária, as empresas adotaram o mesmo tempo da vida econômica determinado para fins tributários.

Quadro 17: Comparativo das vidas úteis do ativo imobilizado: estimadas pelas empresas e adotadas pela Receita Federal para fins tributários (em anos) – materiais de construção.

Empresa	Edificações e Instalações		Máquinas e Equipamentos		Veículos		Móveis e Utensílios		Equipamentos de Informática	
	VE	RF	VE	RF	VE	RF	VE	RF	VE	RF
ETERNIT S.A.	17,5	17,5	11,5	10	5	5	10	10	5	5
PORTOBELLO S.A.	33,5	25	14	10	-	-	10	10	5	5

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

De acordo com o quadro 17, os bens de máquinas e equipamentos tiveram uma pequena alteração do tempo da vida econômica comparado com o da Receita Federal. Já as taxas dos bens de edificações e instalações da empresa Portobello S.A. variaram consideravelmente entre o tempo de vida útil adotado pela empresa e o determinado pela legislação tributária.

Quadro 18: Comparativo das vidas úteis do ativo imobilizado: estimadas pelas empresas e adotadas pela Receita Federal para fins tributários (em anos) – serviços diversos.

Empresa	Edificações e Instalações		Máquinas e Equipamentos		Veículos		Móveis e Utensílios		Equipamentos de Informática	
	VE	RF	VE	RF	VE	RF	VE	RF	VE	RF
CSU CARDSYSTEM S.A.	15	10	9	10	6	5	9	10	4	5
MILLS ESTRUTURAS E SERV. DE ENGENHARIA S.A.	17,5	17,5	10	4	5	4	10	10	5	5
VALID SOLUÇÕES E SERV. SEG. MEIOS PAG. IDENT. S.A.	25	25	10,5	10	5	5	10	10	5	5

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

Conforme visto no quadro 18, a vida econômica dos bens do ativo imobilizado varia, substancialmente, por se tratar do segmento de serviços diversos.

Quadro 19: Comparativo das vidas úteis do ativo imobilizado: estimadas pelas empresas e adotadas pela Receita Federal para fins tributários (em anos) – exploração de rodovias.

Empresa	Edificações e Instalações		Máquinas e Equipamentos		Veículos		Móveis e Utensílios		Equipamentos de Informática	
	VE	RF	VE	RF	VE	RF	VE	RF	VE	RF
ARTERIS S.A.	7,5	10	8,5	4	5	4	11	10	5	5
CCR S.A.	5,5	17,5	6	4	5	4	8,5	10	6,5	5
ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOG. S.A.	21,5	25	6	4	-	-	14	10	9,5	5
TPI – TRIUNFO PARTICIP. E INVEST. S.A.	25	17,5	10	4	5	4	10	10	5	5

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

No quadro 19, são apresentadas as empresas do segmento de exploração de rodovias, dentre elas, destaca-se a empresa CCR S.A., por apresentar nos bens de edificações e instalações uma grande variação das taxas adotadas pela entidade e as determinadas pela Receita Federal.

Quadro 20: Comparativo das vidas úteis do ativo imobilizado: estimadas pelas empresas e adotadas pela Receita Federal para fins tributários (em anos) – serviços de apoio e armazenagem.

Empresa	Edificações e Instalações		Máquinas e Equipamentos		Veículos		Móveis e Utensílios		Equipamentos de Informática	
	VE	RF	VE	RF	VE	RF	VE	RF	VE	RF
PRUMO LOGÍSTICA S.A.	17,5	17,5	10	10	5	4	10	10	5	5

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

Quadro 21: Comparativo das vidas úteis do ativo imobilizado: estimadas pelas empresas e adotadas pela Receita Federal para fins tributários (em anos) – transportes.

Empresa	Edificações e Instalações		Máquinas e Equipamentos		Veículos		Móveis e Utensílios		Equipamentos de Informática	
	VE	RF	VE	RF	VE	RF	VE	RF	VE	RF
ALL AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.	14,5	17,5	10	10	5,5	4,5	10	10	5	5
LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.	10	17,5	14	10	12,5	12,5	10	10	5	5

JSL S.A.	20	25	8,5	10	10,5	4,5	10	10	5	5
TEGMA GESTÃO LOGÍSTICA S.A.	17,5	17,5	10	10	5	4,5	10	10	5	5

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

Por se tratar de um segmento que abrange empresas de ferrovias, hidrovias e rodovias, o quadro 21 apresenta uma variação estimável da vida econômica entre todos os bens de todas as empresas.

Os quadros (22 a 28) demonstram a redução do lucro operacional do período em razão do reconhecimento das despesas com depreciação e amortização em relação à despesa de depreciação, reconhecidas pelas empresas no exercício de 2013.

Quadro 22: Redução no lucro operacional do exercício de 2013 em razão da despesa com depreciação e amortização – construção civil.

Empresa	Lucro Operacional	Despesa com depreciação e amortização	Percentual aproximado de redução no lucro operacional
BROOKFIELD INCORPORAÇÕES S.A.	(526.100)	114.988	-22%
CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.	(4.654)	324	-7%
CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREEND. E PART.	1.002.012	9.395	1%
DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.	258.721	15.610	6%
EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.	330.663	32.325	10%
EZ TEC EMPREEND. E PARTICIPAÇÕES S.A.	568.504	8.332	1,5%
GAFISA S.A.	401.871	63014	1,5%
HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.	456.041	1.358	0,30%
JHSF PARTICIPAÇÕES S.A.	544.314	4687	1%
MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.	468.818	31.297	6,5%
PDG REALTY S.A. EMPREEND. E PARTICIPAÇÕES	242.010	73.852	30,5%
RODOBENS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.	158.087	5.813	3,5%
ROSSI RESIDENCIAL S.A.	194.936	6.606	3,5%
TECNISA S.A.	322.059	10.758	3,5%
TRISUL S.A.	74.675	13.473	18%
VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A.	(135.787)	4.879	-3,5%
Percentual médio de redução			4,3%

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

Nota-se que as despesas com depreciação e amortização representaram,

em média, uma diminuição de 4,3% no lucro operacional das entidades do segmento da construção civil analisadas no período de 2013. Por essa representação da despesa de depreciação a respeito do resultado, modificações na sua forma de reconhecimento impactam, de forma expressiva, o resultado.

A empresa PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações se destaca pelo resultado obtido na redução do seu lucro operacional, que foi de 30,5% da despesa com depreciação e amortização.

Quadro 23: Redução no lucro operacional do exercício de 2013 em razão da despesa com depreciação e amortização – intermediação imobiliária.

Empresa	Lucro Operacional	Despesa com depreciação e amortização	Percentual aproximado de redução no lucro operacional
BRASIL BROKERS PARTICIPAÇÕES S.A.	90.180	17.603	5%
LPS BRASIL – CONSULTORIA DE IMÓVEIS S.A.	120.455	60.143	14%
Percentual médio de redução			35%

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

As despesas com depreciação e amortização apresentaram uma média de diminuição de 35% no lucro operacional das duas empresas analisadas no segmento de intermediação imobiliária no período de 2013. A empresa LPS Brasil – Consultoria de Imóveis S.A. – obteve uma taxa de 14% na redução do seu lucro operacional referente às despesas com depreciação e amortização.

Quadro 24: Redução no lucro operacional do exercício de 2013 em razão da despesa com depreciação e amortização – materiais de construção.

Empresa	Lucro Operacional	Despesa com depreciação e amortização	Percentual aproximado de redução no lucro operacional
ETERNIT S.A.	143.247	34.789	25%
PORTOBELLO S.A.	303.753	18.152	6%
Percentual médio de redução			15%

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

No segmento de materiais de construção, as despesas com depreciação e amortização apresentaram uma média de redução de 15% no lucro operacional das duas empresas analisadas no ano de 2013. Dessa média, 25% é da empresa Eternit S.A.

Quadro 25: Redução no lucro operacional do exercício de 2013 em razão da despesa com depreciação e amortização – serviços diversos.

Empresa	Lucro Operacional	Despesa com depreciação e amortização	Percentual aproximado de redução no lucro operacional
CSU CARDSYSTEM S.A.	8.326	25.443	305%
MILLS ESTRUTURAS E SERV. DE ENGENHARIA S.A.	280.205	131.042	46%
VALID SOLUÇÕES E SERV. SEG. MEIOS PAG. IDENT. S.A.	133.118	48.658	36%
Percentual médio de redução			176%

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

A média de redução apresentada no segmento de serviços diversos foi muito significativa, pois as despesas com depreciação e amortização apresentaram a média de 176% no lucro operacional das entidades analisadas nesse segmento. A CSU CardSystem S.A. apresentou uma taxa de redução no lucro operacional significativamente de 305%, isso porque a empresa obteve um lucro operacional inferior a suas despesas com depreciação e amortização nesse exercício.

Quadro 26: Redução no lucro operacional do exercício de 2013 em razão da despesa com depreciação e amortização – exploração de rodovias.

Empresa	Lucro Operacional	Despesa com depreciação e amortização	Percentual aproximado de redução no lucro operacional
ARTERIS S.A.	947.023	285.745	30%
CCR S.A.	2.725.018	89.332	3%
ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOG. S.A.	959.656	7.759	1%
TPI – TRIUNFO PARTICIP. E INVEST. S.A.	260.688	181.709	69%
Percentual médio de redução			11%

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

No segmento de exploração de rodovias, a empresa que se destaca com uma porcentagem maior é a TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A., com uma taxa de diminuição de 69%, um resultado expressivo, para que a média de redução atingisse 11% do lucro operacional das entidades desse segmento. Outra empresa que se destaca nesse segmento é a Arteris S.A. com uma taxa de 30% na redução do seu lucro operacional.

Quadro 27: Redução no lucro operacional do exercício de 2013 em razão da despesa com depreciação e amortização – serviços de apoio e armazenagem.

Empresa	Lucro Operacional	Despesa com depreciação e amortização	Percentual aproximado de redução no lucro operacional
PRUMO LOGÍSTICA S.A.	(145.523)	7.327	-5%
Percentual médio de redução			-5%

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

No segmento de serviços de apoio e armazenagem, a única empresa analisada foi a Prumo Logística S.A.

Quadro 28: Redução no lucro operacional do exercício de 2013 em razão da despesa com depreciação e amortização – transportes.

Empresa	Lucro Operacional	Despesa com depreciação e amortização	Percentual aproximado de redução no lucro operacional
ALL AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.	1.212.883	526.631	43%
LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.	93.411	47.487	50%
JSL S.A.	354.857	350.174	98%
TEGMA GESTÃO LOGÍSTICA S.A.	110.846	29.054	26%
Percentual médio de redução			55%

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

Observa-se que, no segmento de transportes, as despesas com depreciação e amortização representaram, em média, uma diminuição de 55% no lucro operacional das entidades estudadas. A JSL S.A. teve uma taxa expressiva de 98% de redução no lucro operacional da empresa no exercício de 2013.

4.1 Considerações finais

Com a finalidade de refletir a perspectiva de surgimento de novos benefícios econômicos dos ativos futuros, a avaliação das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, inserida pela Lei n.º 11.638/2007 e pelo Pronunciamento Técnico CPC 27, apontou a diferença entre as vidas úteis aplicadas no Brasil anteriormente e o padrão permitido pela Receita Federal para fins tributários. Nos dias atuais, a depreciação dos bens do ativo imobilizado apresentada no resultado aponta a melhor avaliação calculada pelas entidades, e a vida útil aplicada aos bens do ativo imobilizado pode sofrer alterações entre eles, o que causa um impacto significativo nas demonstrações contábeis.

O objetivo desse estudo foi demonstrar o impacto causado pelas novas adaptações nas normas contábeis em relação à maneira de avaliação da vida útil dos bens do ativo imobilizado; pelo cálculo do valor recuperável dos ativos (*impairment*) nos dados apresentados nas demonstrações contábeis das entidades que possuem bens do setor de construção e transporte, dividido em segmentos de construção civil, intermediação imobiliária, materiais de construção, serviços diversos, exploração de rodovias, serviços de apoio e armazenagem, e transportes, classificadas como empresas do Novo Mercado, que estão listadas na Bovespa.

Destaca-se a média de redução apresentada no segmento de serviços diversos, pois as despesas com depreciação e amortização apresentaram uma média de 176% no lucro operacional das entidades analisadas nesse segmento. A empresa CSU CardSystem S.A. apresentou uma taxa de redução no lucro operacional significativamente de 305%, isso porque a empresa obteve um lucro operacional inferior a suas despesas com depreciação e amortização nesse exercício.

Outro destaque foi no segmento de exploração de rodovias, a empresa TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. obteve uma taxa de diminuição de 69%, um resultado expressivo, para que a média de redução atingisse 11% do lucro operacional das entidades desse segmento.

Dessa forma, as modificações nas normas contábeis de reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado, em virtude da adesão do Brasil à norma contábil internacional nas entidades analisadas, repercutiram de maneira significativa com os dados apresentados por meio das demonstrações contábeis.

Enfim, destaca-se que o atual trabalho se fundamentou nas mudanças das normas contábeis que refletiram no ativo imobilizado de um conjunto intrínseco de entidades. No entanto, outras normas contábeis foram modificadas em razão da adesão do Brasil à norma contábil internacional. Tais mudanças refletiram em outros fatores das demonstrações contábeis, em decorrência disso, conclui-se que podem ocorrer novas pesquisas na área das Ciências Contábeis.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. et al. **Governança corporativa e desempenho: um estudo das empresas brasileiras não listadas na Bovespa**. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2010. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos102010/117.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2014.

BM&FBOVESPA. A nova bolsa. **Novo Mercado**. 2014b. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/servicos/solucoes-para-empresas/segmentos-de-listagem/novo-mercado.aspx?Idioma=pt-br>>. Acesso em: 06 jul.

2014.

BRASIL, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 09 mai. 2014.

BRIDGER, G. V. **Governança corporativa e os efeitos da adesão a níveis diferenciados de governança sobre o valor de mercado de capitais brasileiro**. 2006. 54f. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/289/2185.pdf;jsessionid=B350F3E29E586054CB6805C212528779?sequence=1>>. Acesso: 06 jul. 2014.

CARVALHO, A. G. Governança corporativa no Brasil em perspectiva. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 19-32, jul/set. 2002.

CARVALHO, L. N.; LEMES, S.; COSTA, F. M. **Contabilidade internacional**. São Paulo: Atlas, 2009. Cap. 10, p. 239-271.

COELHO, C. U. F.; LINS, L. S. **Teoria da Contabilidade: Abordagem Contextual, Histórica e Gerencial**, elaborado conforme as leis nº 11.638/07 e 11.941/09 e Pronunciamentos do CPC. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória no 449/08**. 2008c. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=27>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Nº 27/2009**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 01 mai. 2014.

CPC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Técnico CPC 01. Redução ao valor recuperável de ativos**. 2007. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS. **Perguntas e respostas – nova lei das s/a – Lei 11.638/07**. Disponível em: <<http://www.cfc.fipecafi.org/faq/faq.pdf>>. Acesso em 01 jun. 2014.

GARCIA, F. A. **Governança corporativa**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/port/public/publ/ie_uftj_cvm/Felix%20Arthur_C_Azevedo_Garcia.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2014.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de Contabilidade das sociedades por ações** (aplicável às demais sociedades). Suplemento. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de Contabilidade das sociedades por ações** (aplicável às demais sociedades). 7. Ed.. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. **Manual da Contabilidade Societária** (aplicável a todas sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC). 1. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. **Manual de contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2010. Cap. 12, p. 220-260.

JOCHEM, L. **IFRS – As Normas Internacionais de Contabilidade** (aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Entidades sem finalidade de lucros e Pequenas e Médias Empresas). 33. ed. São Paulo: Editora Foco Editorial, 2013.

KÖCHE, J. C.. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 27. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010. 187 p.

KÜHL, M. R. **O mercado de capitais reflete no preço das ações o desempenho empresarial medido por indicadores contábeis?**. 2007. 152f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: <<http://www.ppgcontabilidade.ufpr.br/system/files/documentos/Dissertacoes/D010.pdf>>. Acesso: 3 ago. 2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. Lei nº 11.368/2007, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/L11638.htm>. Acesso em: 09 mai. 2014.

_____. Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 dez. 2007. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm>. Acesso em: 01 jun. 2014.

MARION, J. C. **Contabilidade básica**. 9. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

MARTINS, V. A.; SILVA, R. L. M.; NARDI, P. C. C. Governança corporativa e liquidez das ações. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 30., 2006, Salvador. **Anais... ENANPAD, XXX**. Salvador: ANPAD, 2006.

ONO, M. H. et al. **Disclosure sobre Impairment**: Uma análise comparativas das companhias abertas brasileiras em 2008. 2010. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/UERJ/article/view/889/849>>. Acesso em: 3 ago. 2014.

ONO, H. M.; NIYAMA, J. K.; RODRIGUES, J. M. *Disclosure sobre impairment*: uma análise comparativa das companhias abertas brasileiras em 2008. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 67-87, jan./abril, 2010.

PWC, Navegador Contábil. **CPC 01 Redução ao valor recuperável de ativos**: Conceitos Básicos. São Paulo. ed. 20, 2010. Disponível em: <www.pwc.com.br>. Acesso em: 25 mai. 2014.

SOUZA, M. M.; BORBA, J. A.; DUTRA, M. H. **Uma verificação das informações sobre o impairment test nas demonstrações financeiras padronizadas (CVM) e no relatório 20-F (SEC) das empresas brasileiras que negociam na bolsa de valores dos Estados Unidos**. 2009. Disponível em: <<http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/2CCF/20080716213851.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

VENTURA, A. F. A. et al. A relação dos níveis de governança corporativa e índices de rentabilidade econômica. **Revista REUNA**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 71-82, jul/set. 2012.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.